

Os (des) fazeres do brejo: Notas sobre lesbianidades e contextos pandêmicos da vida noturna em Natal/RN¹

Suzanne Freire Pereira (UFRN)²

Palavras-chaves: lesbianidades, pandemia, Natal/RN.

Este artigo tem como foco traçar um pouco das aproximações e dessemelhanças entre as subjetividades que são conformadas por, entre outras coisas, características e identidades sociais tomadas pelas trajetórias entre lésbicas residentes da cidade de Natal/RN ligadas ao cenário político-cultural da cidade e em correlações com estabelecimentos noturnos associados às pautas LGBTQIA+. Assim, proponho pensar tais questões, aliadas aos desafios da pandemia de covid-19, em especial durante os anos de 2020 e 2021. Como objetivo, busco brevemente pensar como diferentes marcadores sociais da diferença se localizam entre as vivências e questões paralelas os atravessamentos em realizar campo de pesquisa durante o período de isolamento social.³

Tive acesso a maioria das interlocuções através de participação enquanto, à época, ativista do Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (GAMI), ainda que o espaço da militância não foi tomado como um norte na descrição de suas trajetórias, pois seria reducionista pensar tais vivências como ocupando um único lugar comum. Dando foco a como esses corpos se constituem nos/a partir dos espaços de lazer, um ponto de interseção desde o encontro com amigas, paqueras e diversão, como também um meio de trabalho, sustento familiar e militância. Nesse sentido, a forma como compreendem e ocupam estes lugares se dá de meios diferentes.

Assim, os (des)fazeres do brejo, os quais trago como título, são aqui representados pelos estabelecimentos, espaços e/ou cenas apresentadas que possuem a presença massiva de mulheres lésbicas. O termo “brejo”, nos dicionários, significa terrenos alagadiços, ou regiões de pântano. Porém, historicamente, vem sendo associado às sociabilidades entre “sapatão”, lésbicas e demais categorias identitárias designadas às mulheres que partilham

¹ Trabalho apresentado na 34^a Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

² Mestra em Antropologia Social pelo PPGAS/UFRN.

³ Surge como produto a posteriori de minha dissertação de mestrado, então é constituída com as narrativas ali elencadas, podendo ser acessado na íntegra em PEREIRA (2021).

de relações entre si. O jogo semântico está ligado às dinâmicas de criação e (des)configurações em decorrência da pandemia do covid-19.

A escolha das interlocutoras teve como base possuírem relativa influência e/ou visibilidade pública enquanto lésbica na cidade de Natal. Assim, todas estão inseridas dentre os cenários artísticos e culturais. Também tomo como base redes de proximidade de círculos pessoais que facilitaram a adesão à proposta da pesquisa, pois tentativas de contato com produtoras e artistas de maior “fama” e “influência” não foram bem-sucedidas – desde mensagens visualizadas e não respondidas, a entrevistas marcadas e não comparecidas. Nesse sentido, uma das primeiras adversidades em produção se refletiu na coleta e análise dos dados e reflexões produzidas sob parte das trajetórias das colaboradoras da pesquisa, tendo como plano de fundo, suas vivências e modos de ocupar a cidade, em diálogo, com suas subjetividades e experiências que se cruzam.

As interlocutoras foram Cássia, 29 anos, proprietária de um bar LGBTQIA+; Maria, 31 anos, “arteativista”, cantora e produtora cultural; Ana, 28 anos, arte-educadora e musicista em projetos culturais; Simone, 55 anos, cantora independente e funcionária da prefeitura; Zélia, 31 anos e cantora; e Ângela, 74 anos e aposentada e ativista lésbica, já participou nas produções culturais de movimentos organizados (lésbicos, feministas e LGBTQIA+) e em eventos organizados por Simone, mas, segundo afirma, teria se aposentado dessas funções.

Uma das questões conjunturais apresentada, se encontra no passo em que os estudos sobre lesbianidades perpassam ainda dilemas quanto às formas de identificação e produção de identidades, suas significações e sentimentos de pertença, por parte das interlocutoras desta pesquisa. Isto é, qual será/é a categoria a ser tomada (ou em evidência) como forma de identificação do trabalho e, possivelmente, das interlocutoras? Entendida, lésbica, sapatão, homossexual, fancha, caminhoneira etc? Isso, acredito, se fundamenta como uma das questões centrais, pensando em sociabilidades urbanas e suas infinitas possibilidades de produção de códigos.

Pesquisas afins, como a tese de doutorado “Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo” (2008), de Regina Facchini, que realiza uma investigação acerca do circuito lésbico da cidade de São Paulo, adensa um debate sobre a necessidade de se ater aos diferentes códigos ocupados pelos sujeitos no interior de suas categorias, como lésbicas, homossexuais, entendidas etc. Visualizando

no deslocamento espacial, a produção de diferentes classificações e linguagens diversas, sob o olhar da corporeidade como um fenômeno social e cultural, motivo simbólico e alvo de representações e imaginários, que contribuem em larga medida para os processos de construção dessas subjetividades, que enfrentam desafios similares. Passada mais de uma década de sua pesquisa, e em outro contexto geográfico, busco refletir como as mulheres incorporam estas classificações identitárias, e forjam outras, nas diferentes linhas possíveis de desenvolvimento da investigação.

Tais nuances me levaram a tentar mapear em um contexto local como as lesbianidades vinham sendo tratadas em pesquisas publicadas no RN. Bezerra (2008), em sua dissertação sobre “Prostitutas entendidas” em Natal/RN, a partir de uma etnografia em dois cabarés da cidade aborda algumas categorias interessantes para pensar as diferentes lesbianidades e práticas sexuais descritas por ela. Em sua pesquisa, realizada em 2007, ao refletir sobre a construção do campo, observa as diferentes interfaces ligadas à uma pesquisa em espaços considerados tabu e que possuem uma histórica carga de controvérsias, como as casas de prostituição.

Um fato interessante está ao narrar que em uma das casas pesquisadas havia um critério de que as prostitutas deveriam ser “entendidas” para trabalhar. Essa questão desperta uma série de indagações sobre como essas mulheres vivenciam estas práticas sexuais (no atendimento aos homens) e como negociam seus desejos e suas identidades. Uma linha tênue entre práticas e pertencimentos identitárias. Um marcador sintomático é o fato de o termo “lésbica” ter sido utilizado apenas uma vez – e por uma ativista do movimento organizado consultada como ponte na pesquisa. Há uma determinada “recusa” histórica a esse termo, que é carregado por uma série de estigmas e estereótipos. Podemos pensar como ainda hoje o “ser entendida” permanece como um termo que, apesar de representativo de um grande período histórico no nosso país, se ressignifica ao longo do tempo como “suavização” àquilo que é considerado ainda mais estigmatizado (ou marcador de outros tipos de performances, em geral, mais masculinizadas), o “ser sapatão” - ainda que teoricamente a academia venha, de modo hegemônico, tratando ambos epistemologicamente agregados ao grande guarda-chuva “lésbica”.

Entre minhas interlocutoras, as questões acerca do pertencimento à categoria lésbica giraram em torno do dilema “ser ou estar”. Heilborn (1996) pensa os dilemas quanto as identidades sociais como princípios de classificação social que fabricam valores que situam os sujeitos, ressaltando, porém, que não se deve tomar como algo que “resvale

no imobilismo de posições e na recusa da mudança.” (p. 2) Tais discursos, segundo a autora, estariam ligados à crença de uma pré-existência homossexual/lésbica imbricada ao sujeito. A expressão dessa elaboração pode ser observada, por exemplo, na leitura que Ângela faz sobre si. Ao compartilhar que sua mãe havia tido 13 filhos, sendo que os 10 filhos homens morreram no nascimento, ela, a caçula, ao nascer, teria “ficado com o espírito daqueles meninos” – leitura que, segundo ela, também era compartilhada por sua mãe. Essa questão também foi utilizada como uma espécie de explicação sobre sua performance masculinizada.

As produções particulares sobre lesbianidades são produzidas na interlocução e troca de pesquisadores/as com a prática política do movimento lésbico. De modo inverso, o movimento também deve muito de seu fundamento conceitual, político, analítico e estratégico às produções teórico-feministas. Nesse sentido, é inegável as trocas e transformações que tanto o feminismo tem passado como o próprio movimento de lésbicas, transitando por uma mudanças significativas na forma de conceber o seu sujeito, a fim de dar abertura à emergência de um ator político compreensível e possível à ação militante.

Nesse cenário, termos como “sapatão” foram utilizados de modo ressignificado por quase todas as interlocutoras, que veem um processo de reconhecimento maior com esse, em detrimento da própria identidade lésbica. Essas nuances passam por uma linha tênue de compreensão de uma lesbianidade marcada por um forte marcador territorial, como o caso das “entendidas” refletidas por Lacombe (2005).

No caso do RN, em especial na região metropolitana da cidade de Natal, o próprio termo passa a ser afastado das expressões de gênero, pois historicamente era associado a performance e reprodução de determinadas masculinidade. Sob o foco das interlocutoras do campo, passou a contemplar dentro do âmbito da própria identificação sexual, como um modo de fala considerado “mais acessível” dentro das relações estabelecidas, em especial, quando compartilhado entre pares e/ou amigos. Sendo o termo “sapatão” mais utilizado em espaços privativos, inclusive, optado como um lócus de aceitação pessoal. Falas como “eu sou sapatão sim” (sic), costumaram ser reverberadas em momentos para além de gravações e/ou pesquisa.

O lugar social ocupado pelo termo “sapatão” estaria na aproximação com o discurso das camadas populares e na construção de uma identidade fortemente marcada

pelas interseções de classe, raça e território. Nesse sentido, suas formas de utilização fazem parte das vivências cotidianas em, especialmente, periferias e subúrbios, como apresentado nas pesquisas de Aguião (2007) e Lacombe (2005). Para Aguião (2007), a palavra estaria associada ao equivalente do “viado”, no sentido de possuir uma ambiguidade semântica. Tendo uso comum entre amigos, porém, de modo pejorativo e/ou em caráter de acusação em outros contextos. Esse cenário foi apresentado de modo quase hegemônico entre as interlocutoras, como dentro desses diferentes contextos e modos de estabelecer categorias entre as relações apresentadas. Em sua maioria, durante o início das entrevistas utilizaram a palavra “lésbica” como modelo de apresentação. Porém, ao decorrer dos diálogos, o termo “sapatão” passa a ser incorporado na fala, como presente de modo mais “natural” dentro das descrições do cotidiano. Como narrado por Zélia que, não apenas por diversas vezes se autorreferencia enquanto “sapatão”, mas também conta ao descrever a sua família: “é uma família bem normativa, só eu que sou sapatão mesmo.” (Zélia, em diário de campo).

1. Trajetórias em torno da pandemia: dilemas e contornos de uma pesquisa em campo

No dia 14 de março de 2020, no final de semana anterior ao decreto oficial de pandemia no país, fiz uma das minhas primeiras visitas oficiais a este campo. Tinha como objetivo sondar algumas possíveis interlocuções para poder dar continuidade nas semanas seguintes. Estava em um aniversário de um amigo quando recebi o convite do meu orientador, para irmos ao Donana observarmos um pouco da movimentação do bar aos sábados. Um dos estabelecimentos mais antigos e consolidados do público LGBTQIA+ na cidade.

O debate sobre o covid-19 no Brasil já tomava a mídia e, em especial, o funcionamento de comércios e indústrias, com a possibilidade da obrigatoriedade de fechamento dos estabelecimentos. Ainda que não tivessem sido aprovadas as medidas restritivas até o momento, já havia um receio coletivo sobre o contágio. Isso se evidenciou ao chegarmos e percebermos um número reduzido de pessoas, um cenário atípico em ocasiões anteriores. Essa percepção se deu, pois já havia ido por diversas outras vezes sem fins de pesquisa. Essa configurou como minha última ida ao espaço após decretado

pandemia, até o encerramento da pesquisa. Por questões pessoais e familiares, optei por não estar presente em boates, porém, com a ressalva do La Luna Bar e Petiscaria, onde à época costumava trabalhar como freelancer.

Autointitulado como “LGBTQIA+”, no bairro de Neópolis, Zona Sul da cidade, o La Luna, se tornou alvo de investigação por Santos (2019) em sua monografia “Vamos La Lunar?”, em que o compreende como uma das poucas experiências atuais de apropriação de espaço público dentre o segmento na cidade de Natal . O autor faz uma análise envolta à temática do direito à cidade para pessoas LGBT e como espaços urbanos e públicos foram historicamente negados a estes, principalmente nas grandes cidades brasileiras. Utiliza então o exemplo do La Luna, um quiosque localizado na Praça da Guerreira, que proporciona uma experiência “gratuita” de sociabilidade juvenil LGBT na cidade, tendo em vista que a maior parte dos demais estabelecimentos são da iniciativa privada e em locais fechados. Em entrevista com Cássia, sócia do bar, ela compartilhou sobre como a Praça da Guerreira sempre fez parte de sua vida, enquanto moradora do bairro durante a adolescência, e pelo quiosque anteriormente ser administrado por um familiar:

Com o advento do coronavírus, é imprescindível pensar em como têm atingido diretamente as produções científicas pelo mundo. Em especial, na Antropologia, trouxe à tona importantes reflexões entre os tensionamentos acerca da necessidade de se (re)pensar as relações individuais e em sociedade. Um foco importante está em como esse cenário produziu novas formas de interações sociais, aproximando de modo abrupto ao mundo digital e as conexões via internet, que passou a solidificá-lo como um dos principais meios de interação em escala mundial durante a pandemia. Acompanhando o até então cenário mundial, foi assim que dei sequência à minha pesquisa de campo.

Das multidões e palcos para as frentes das câmeras, o ano de 2020 viu acontecer uma verdadeira explosão na procura por transmissões ao vivo no Brasil. Segundo o portal Exame , durante o mês de abril de 2020 aumentou em 4.900% pesquisas por lives. Essa tendência se mostrou no mínimo curiosa para uma mestranda de quarentena. Antes mesmo que eu percebesse, minhas redes sociais passaram gradativamente a explodirem de pôsteres de divulgação de eventos voltados ao público LGBTQIA+, sobre lésbicas, feminismos, palestras, ações educacionais, entre milhares de outros.

A aproximação com esses contextos emergentes desencadeou o interesse em pensar uma possível reconfiguração social de sociabilidade no contexto pandêmico. Ainda que esse cenário pareça emergir de espaços e configurações adaptadas de modo mais incisivo durante o primeiro semestre do ano 2020, o interesse em interpretá-los se mostrou essencial para refletir sobre contextos de lazer. Porém, apresentou uma série de atravessamentos em ordem metodológica.

Em primeiro momento, como modo estratégico, conversei com Cássia. A proposta também era de testar um questionário pré-estruturado que havíamos elaborado, pois dada a intimidade que mantínhamos, por algumas vezes ela já tinha debatido algumas questões que ali estavam propostas. Agendamos para o dia 02 de outubro de 2020, às 11h. Uma sexta-feira pela manhã. No momento, o bar ainda estava fechado em decorrência da pandemia, o que facilitou o contato durante o início do final de semana, situação essa, que em outros contextos, seria um empecilho por estar trabalhando nas partes administrativas e logísticas do bar.

Cássia possui uma grande facilidade de se comunicar de modo expansivo - o que associa em grande medida aos aprendizados advindos de sua profissão enquanto sócia-proprietária de um bar, necessitando estar em contato direto com o público. Essa característica, além de possibilitar um maior aprofundamento em questões, gerou em mim uma expectativa maior para as entrevistas futuras. O diálogo além de girar em torno sobre a origem e idealização do estabelecimento, foi por diversas vezes atravessado sobre os anseios com o retorno ao “novo normal”, às vistas que até então, a conjuntura social ainda era incógnita sobre a viabilidade dos retornos às dinâmicas passadas.

Havia uma questão central que atravessava esse percurso, ser pesquisadora durante uma pandemia, além de intensificar todas as dificuldades comuns às pós-graduações, ganha novas problemáticas em torno de minha segurança pessoal e, conseqüentemente, das pessoas com quais teria contato. Os reflexos da pandemia sobre minha vida pessoal incidiram diretamente sobre minha realidade acadêmica e a execução do campo. Durante as primeiras semanas de confinamento, além de acreditar na ilusão de um distanciamento físico quinzenal e, após isso, de um mês, passei a me distanciar da continuidade das atividades ligadas ao curso.

Nos primeiros meses da pandemia, entre março e maio de 2020, nas mídias digitais, especialmente no Instagram, pôde se acompanhar uma tendência de criadores de conteúdo digital, com milhões de seguidores, postando mensagens motivacionais sobre

como este momento serviria de ensinamento para aprendermos a amar a vida, pois estaríamos todas/os em um mesmo barco. Essa ilusão foi disseminada em milhares de páginas, através de rasos conteúdos motivacionais, sobre empatia e amor ao próximo. O verdadeiro cenário se caracterizou (e permanece assim) por um profundo agravamento das desigualdades sociais, baseados em um cenário de miséria e ausência de empatia ao próximo.

Nas palavras de Segata (2020, p. 303), “a Covid-19 é apenas mais um sintoma. A verdadeira doença ainda se chama capitalismo.” Para o autor, a pandemia do covid-19 trouxe às esferas midiáticas o agravamento das desigualdades sociais, em especial, durante seus primeiros meses de incerteza sobre a propagação do vírus, em que determinados setores passaram a ser considerados como serviços essenciais. Enquanto os assuntos se centravam na manutenção de vidas e contenção da pandemia, pessoas em níveis mais graves de vulnerabilidade econômica e social não tiveram o direito salvaguardado de isolamento físico: desde as arquiteturas das casas, em que muitas vezes, comportam uma família inteira em poucos cômodos, à necessidade de diariamente sair para o trabalho e o uso de transportes coletivos lotados. A partir disso, através de Butler (2011) podemos refletir como a noção de humano é salvaguardada pelas posições hierárquicas ocupadas pelos sujeitos em sociedade.

Quando me vi sob a necessidade de ir presencialmente a campo para conversar com Zélia, pois foi uma condição dada pela artista para que fosse possível a realização da entrevista, percebi como parte de minhas angústias na verdade diziam mais sobre mim do que as situações externas. Lidar com a sensação de pânico, ao me defrontar com o inimigo invisível, não é novidade para uma grande parcela de sujeitas, que têm suas vidas deslocadas de reconhecimento e humanidade.

Pensar os impactos da pandemia no contexto socioeconômico dentro de meu lócus de pesquisa ganha forma com a necessidade de aprofundar uma análise interseccional destas vivências. Não no sentido de uma superinclusão (CRENSHAW, 2002, p.174), ao utilizar desta perspectiva metodológica como token para falar sobre a experiência na pandemia, vivenciada de diferentes modos por estas, como um problema de igual forma para todas as lésbicas. Nesse caso, ainda que a pandemia tenha afetado bilhões de pessoas pelo mundo, é preciso reconhecer que os impactos e formas de vivenciar a crise, inicialmente, sanitária, mas conseqüentemente econômica, política e social, são singulares a cada experiência pessoal.

2. Estratégias e vivências: como manejar novas possibilidades em torno da categoria lésbica

Questões habitacionais abrem um leque infinito de abordagens teóricas, em torno de direitos básicos, família, relações comunitárias, entre outras. Na realidade de muitas lésbicas, isso se cruza com experiências conflituosas ligadas a situações lesbofóbicas no interior de suas casas, como casos citados anteriormente. Além disso, ainda existem dinâmicas e negociações internas aos relacionamentos afetivo-sexuais que, com a pandemia, trouxeram outras questões.

Entre as interlocutoras, Cássia e Zélia viviam em coabitação com suas namoradas. Simone e Ana, por outro lado, afirmaram possuir um acordo em suas relações de que “é melhor cada uma ter o seu lugar”, como me contou a primeira. Maria, no entanto, revela outros aspectos:

S: Atualmente, na sua realidade hoje, como você acha que a pandemia impactou a sua vida enquanto artista?

M: Foi bem difícil, eu tive que mudar de casa porque eu não tive condição de pagar aluguel, tive que mudar toda minha vida e voltar pra casa da minha mãe que era longe, em Parnamirim, na última rua perto da linha do trem. E a casa dela estava desmoronando, com infiltração, fossa séptica cheia, e a gente teve que fazer uma grande campanha pra dar uma ajeitada, porque do jeito que tava não tinha condições da gente entrar, mas eu também não conseguia manter onde eu tava. E tipo assim, foi foda porque todos os meus trabalhos parou, meus shows, projetos, eu tive que ficar em casa vivendo de auxílio né, que teve o auxílio, foi o que salvou, mas ainda assim não dava pra sobreviver, porque como eu ajudo minha mãe, ela mora comigo, eu crio meu sobrinho, ajudo minha família, não era só, a luta não era só minha, é por elas também. Então foi assim, eu tive que tirar do sangue para conseguir fazer mudança no meio da pandemia, ir para um canto novo, distante. E no GAMI também teve um grande apoio pra mim porque as meninas conseguiram sacolões, fizeram várias campanhas para conseguir máscara e alimentação e como eu estava junto com elas, eu vim junto tanto para tentar distribuir quanto também fui beneficiada. Foi muito difícil financeiramente, mas com a ajuda do auxílio e do GAMI, com as cestas básicas e material de limpeza foi onde eu consegui segurar a onda e ajudar a minha família né. E conseguir sobreviver, e não ter que está me expondo nos barzinhos por valores que eles estão oferecendo super abaixo do que era antigamente. (Maria, em gravação, acervo pessoal)

O auxílio emergencial surgiu, em cumprimento da Lei Federal nº 13.982/2020, como uma política de assistência social às famílias e sujeitos em maior vulnerabilidade socioeconômica durante o período da pandemia. Inicialmente proposto por deputadas/os da bancada de oposição, foi denominado como “Renda mínima emergencial” e garantiria 300 reais por pessoa, chegando ao valor de até dois salários-mínimos por família. No entanto, após contrapropostas do Ministério da Economia e diante de ampla pressão social, dada a resistência do governo federal em garantir esse direito e em ampliar o valor a ser distribuído, encerrou-se a tramitação da proposta em 5 parcelas iniciais de 600. Após sua primeira prorrogação, definiu-se que mais 4 parcelas de 300 reais poderiam ser concedidas durante o ano de 2021 – podendo ser beneficiados apenas 2 integrantes por unidade doméstica e a garantia de renda dupla para mães chefes de família.

O programa foi fornecido para cerca de 68 milhões de pessoas, ainda que nem todas/os tenham recebido todas as parcelas. Funcionou como política pública de prevenção do quadro da fome. Porém, ainda assim não contemplou milhões de brasileiras/os que seguiram em situação de grande vulnerabilidade social.

Não obstante essa política de assistência no plano federal, como diversas outras que se desenvolveram a partir dos estados e municípios, desenvolveu-se uma série de iniciativas de ONGs e coletivos independentes procurando reduzir o quadro de vulnerabilidade social de diferentes grupos populacionais diante da demora e escassez nas respostas estatais – e/ou de maneira complementar as ações que começavam a serem tomadas. Além disso, este cenário escancara questões em torno do trabalho e, especialmente, da precarização das áreas voltadas ao lazer/produção cultural, em que possui uma maioria de profissionais autônomas e que atualmente estão lidando com os ônus em relação a segurança do trabalho e garantia de renda.

Retomando parte da fala de Maria, a pandemia representou um retorno à casa de sua mãe, após terem de voltar a morar juntas por contenção de gastos. A artista dividia o aluguel com alguns amigos, em uma casa localizada no bairro de Ponta Negra. No entanto, com o início da pandemia e a impossibilidade de subir aos palcos, ela e sua mãe, que trabalha como empregada doméstica, viram a necessidade de voltar ao lugar que havia sido abandonado por um inquilino que foi embora, acumulando uma série de dívidas. A propriedade, que estava registrada no nome de sua mãe, fica em outro município da Região Metropolitana de Natal, em um bairro de muito difícil acesso para

quem trabalha com a cena artística – dado que distante de Ponta Negra, bairro onde Maria residia e também onde há a maior concentração de bares onde atuava.

Fonseca (2005), em diálogo com Duarte (1994), reflete sobre as diferentes incorporações e formas de produção de “família” a partir da classe social. Sua existência pode estar relacionada ao lugar da preservação de “linhagem” entre ricos, a exaltação da família nuclear entre as camadas médias e ligar-se às necessidades domésticas e redes de apoio entre setores populares. Nesse sentido, a necessidade de retorno à casa da mãe, se estabeleceu em uma relação de ajuda mútua. Para a mudança, Maria organizou uma vaquinha online para realizar reparos na casa, pois estava inabitável até então. A reforma aconteceu durante os primeiros meses de pandemia em 2020 e possibilitou às duas a moradia em comum.

Ainda no ano de 2020, uma série de produções passaram a surgir no RN, em especial, após a consolidação da Lei Aldir Blanc, Lei Federal nº 14;017, de 29 de julho de 2020, que tinha como proposta constituir-se como forma de pagamento de um auxílio emergencial aos profissionais da cultura durante a pandemia. Durante o ano de 2021, a Lei ganhou continuidade e até o momento da elaboração da pesquisa, em 2021, havia lançado 10 editais ao todo.

Dentre o universo investigado, Maria e Ana foram contempladas através do projeto Coko de Rosa; além disso, Maria chegou a participar também de lives realizadas pelo GAMI financiadas pela lei. Em sua maioria, traziam aspectos em torno das temáticas sobre visibilidades, “orgulho” e falas esperançosas sobre um possível retorno positivo às atividades corriqueiras do grupo. Como o “Show da Visibilidade e Cidadania LGBTQI+” e chegando a realizar uma live temática de carnaval “Bloco Sem Preconceito eu vou”. As transmissões costumavam ser divulgadas via página oficial do Instagram e através de grupos de WhatsApp, tendo suas exposições oficiais na plataforma Youtube.

Outras artistas, como Simone e Zélia, chegaram a demonstrar interesse em submeter inscrições para os editais, no entanto, narraram terem perdido os prazos e/ou sentido dificuldade em executar o projeto sozinhas. Uma outra artista lésbica da cidade, o qual chamarei de Deise, realizou uma live intitulada “Mulheres que me representam”, com um repertório completamente exclusivo de cantoras lésbicas e bissexuais brasileiras, em especial de MPB. A transmissão foi realizada via Youtube e Instagram no dia 27 de janeiro de 2021. Após cerca de 50 minutos de apresentação, a cantora chega a erguer a bandeira

associada à identidade lésbica, porém, acaba deixando-a de lado logo após iniciar a música seguinte.

Essas ações resultantes da, ou em diálogo com a, Aldir Blanc, apontam para algumas formas de adaptação dessas sociabilidades no contexto da pandemia. Durante a minha investigação, não me detive às mesmas, trazendo reflexões sobre suas intenções, formas de condução, público e discursos acionados, bem como a relação com Estado por meio de suas políticas de editais.

Por outro viés, esse cenário de pesquisa ganha também interface após a primeira edição do evento “Sapa em casa”, organizado pelas idealizadoras da festa “Bar das Sapatão”, criada em 2017, por duas produtoras culturais lésbicas, a festa temática até o momento do campo, já havia realizado 7 edições presenciais.

O evento observado, que aconteceu de forma remota através da plataforma mixlr.com, teve duração de em média cinco horas e contou com a participação de seu público usual, por meio de interações no chat do site, enquanto as organizadoras mediavam entre sets musicais transmitidos ao vivo. Seguindo o fluxo dos demais acontecimentos, me dei conta que esses intermédios teriam que acontecer de modo remoto. O maior estranhamento se deu com o uso da própria plataforma, o qual não tinha conhecimento até o início da pandemia.

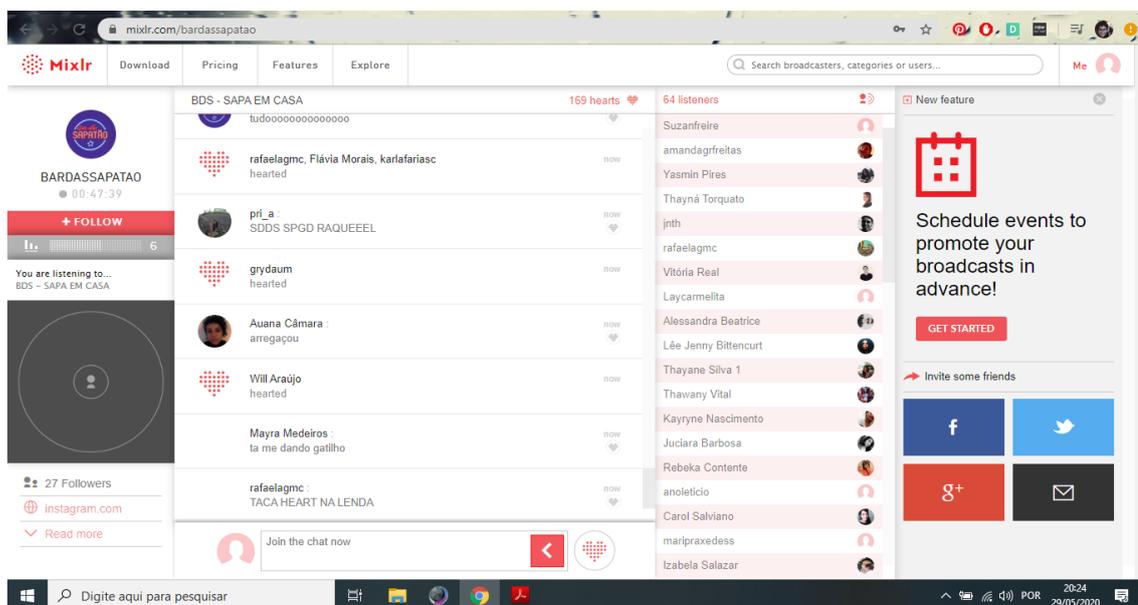


Figura 1: Captura de tela da plataforma Mixlr na página “bardasapatão” no dia 29/05/2020 às 20h24.

O acesso ao Mixlr não requer um cadastro obrigatório para que seja possível assistir às programações ao vivo de suas páginas, no entanto, é necessário o cadastramento para que possa interagir com as/os demais presentes, pelo bate-papo ao vivo (chat) e das curtidas através do botão de coração.

Ainda que o Mixlr tenha aparecido em minha vida, e de muitas outras pessoas, apenas esse ano, sua ideia de transmissão de conteúdo ao vivo não é novidade na internet. Diversas outras ganharam maior visibilidade pela necessária adaptabilidade de ações cotidianas para as plataformas digitais.

Esses exemplos narram como a trama se constrói incorporando parte dos desdobramentos relatados em interlocução, como o desemprego, os dilemas em torno dos trabalhos e vidas profissionais, como também a importância do auxílio emergencial nesse cenário, além do uso das redes sociais como estratégias de manutenção de uma “cena” constituída em torno da temática lésbica. As diferenças estratégias adquiridas, desde que editais, lives e eventos virtuais, marcam a incorporação dessa categoria como um importante locus na experiência pessoal dessas sujeitas.

Considerações Finais

Este artigo traça de forma breve alguns contornos de pesquisa, inicialmente em minha dissertação de mestrado e que se mostraram válidos à reflexão em torno das lesbianidades e estratégias de sobrevivência na pandemia. São elencadas perspectivas em torno do pertencimento à categoria lésbica e algumas estratégias e negociações em torno de políticas públicas e uso de meios digitais, como a internet e redes sociais.

A elaboração de trabalho de campo durante a pandemia do covid-19 representou um período de intensas angústias e incertezas e se mostra atualmente um vasto campo de elaboração acadêmica, em especial, sobre como diferentes corpos são traçados

Por fim, trago tais exemplos como modo de reflexão em torno da precarização do trabalho entre profissionais lésbicas. Há, historicamente, uma tendência massiva de pessoas LGBTQIA+, em especial, de camadas populares, se inserirem em empregos de prestação de serviços terceirizados, como os exemplos mais categóricos das operadoras de telemarketing, ou até mesmo, na prestação de serviços em bares, restaurante e outras

atividades noturnas. Tais questões, ainda que em processo de reelaboração, circunscrevem parte de um cenário sem expectativas palpáveis de mudanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, ago. 2012

ALMEIDA, G.; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. Revista Gênero, v. 9, n. 1, 2012.

ARAÚJO, Luciano Magnus de. Visões da cidade : da cidade histórica aos bairros da Cidade Alta e Ribeira em Natal-RN. 2003. 219 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

BARBOSA, Livia & COLIN, Campbell (orgs.). “O consumo nas Ciências Sociais”. Cultura, Consumo e Identidade. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

BEZERRA, Danieli Machado. Prostitutas entendidas: o que entender?. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BUTLER, Judith. Vida precária. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p.13-33

CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. cadernos pagu, n. 47, p. 445-482, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

DOUGLAS, Mary & Isherwood, Baron. O mundo dos Bens - Para uma Antropologia do Consumo. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2006.

FACCHINI, Regina. Entre umas e outras: mulheres, (homo) sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. 2008. 323p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, SP.

_____, Regina. Sopa de letrinhas: movimento homossexual e a produção de identidades coletivas nos anos 90.

FALQUET, Jules. “Romper o tabú da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento político e como teoria política”, Cadernos de Crítica Feminista, Ano VI, n°5, pp 8-31, SOS Corpo, Recife, Brasil. 2012.

FERREIRA, Matheus Soares. Fora do armário: uma análise geográfica dos espaços de sociabilidade LGBT em Natal entre 2014 e 2017. 2018. 149f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Departamento Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

FRANÇA, Isadora Lins. Cada macaco no seu galho?": poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 60, p. 104-115, 2006.

_____. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. Horizontes Antropológicos, v. 13, n. 28, p. 289-311, 2007.

_____. Consumindo lugares, consumindo nos lugares = homossexualidade, consumo e produção de subjetividades na cidade de São Paulo. 301 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2010

Fry, P., & Carrara, S. (2016). “Se oriente, rapaz!": Onde ficam os antropólogos em relação a pastores, geneticistas e tantos “outros” na controvérsia sobre as causas da homossexualidade?. Revista De Antropologia, 59(1), 258-280.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. v. 1. A vontade de saber. In: História da sexualidade. v. 1. A vontade de saber. 1985.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

HALL, Stuart. “Quem precisa da identidade?”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes. 8 ed, 2008.

HOOVER, Evelyn. “The Homosexual Community.” 1961. *Sexual Deviance*, ed. John GAGNON; SIMON, William, 167-84. New York Harper and Row, 1967.

LACOMBE, Andrea. Pra homen já tô eu: masculinidades e sociabilidades lésbicas em um bar do centro do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). UFRJ, 2005.

LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Antropolítica Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 1, n. 42, 2018.

LEMOS, Ana Carla da Silva. Movimentos de lésbicas de Pernambuco: uma etnografia lésbica feminista. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

LESSA, Patrícia. Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do grupo de ação lésbico-feminista e do Boletim Chanacomchana. *Revista Gênero*, v. 8, n. 2, 2008.

LOPES, Rosa Maria Rodrigues; ALVES, Larissa da Silva Ferreira. O desenvolvimento do turismo no estado do Rio Grande do Norte a partir da ação pública. *CULTUR: Revista de Cultura e Turismo*, v. 9, n. 3, p. 143-172, 2015.

MEINERZ, Nádia Elisa. Entre Mulheres: Estudo etnográfico da constituição da parceria homoerótica feminina em segmentos médios na cidade de Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

_____. Mulheres e masculinidades: Etnografia sobre afinidades de gênero no contexto de parcerias homoeróticas entre mulheres de grupos populares em Porto Alegre. 2011.

NASCIMENTO, Waleska Emmanuely do. Verificar a viabilidade de implantação de um espaço para a realização de eventos e recepções LGBT em Natal RN. 2014. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo), Departamento de Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

OLIVEIRA, Gláucia da Silva Destro de. Construção, negociação e desconstrução de identidades: do movimento homossexual ao LGBT. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 34, p. 373-381, June 2010.

OLIVEIRA, G. Jainara. Prazer e risco nas práticas homoeróticas entre mulheres. 1 ed. Curitiba: Editora Appris, 2016.

PEREIRA, Suzanne Freire. Os (des) fazeres do brejo: notas sobre lesbianidades em Natal/RN. 2021. 110f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 2010.

RUBIN, Gayle. Estudando subculturas sexuais: Escavando as etnografias das comunidades gays em contextos urbanos da América do Norte. Tradução por HENNING, C. e FERREIRA, G. Revista Teoria e Cultura, v. 13 n. 1 (2018)

SANTOS(a), José Adailton Sousa dos. Existimos porque resistimos: história, lutas e conquistas do Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes-Gami. 2019. 148f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SANTOS(b), Lucas do Nascimento. “Vamos la lunar?”: experimentações do espaço público pela população LGBT em Natal-RN. 2019. 81 f. Monografia (Graduação) - Curso de Gestão de Políticas Públicas, Departamento de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SILVA FILHO, Lívio Christian de Melo. Comportamento e decisão de consumo de bares e boates no segmento LGBT na cidade de Natal/RN. 101f. 2019. Monografia (Graduação em Administração), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOARES, Gilberta Santos. Sapatos tem sexo? Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no nordeste do Brasil. Tese de Doutorado. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016.

SOUZA LIMA, Antonio C. de; CASTRO, João Paulo M e. “Notas para uma abordagem antropológica das políticas públicas”. *Antropológicas*. 26 (2). 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

WEEKS, J. *Coming out: homosexual politics in Britain, from the nineteenth century to the presente*. London: Quartet Books, 1977.